

BOLZANO VS KANT

O CASE STUDY DAS CATEGORIAS

Lorenzo FOSSATI¹

*El final de la historia sólo es referible en metáforas,
ya que pasa en el reino de los cielos, donde no hay tiempo.
Tal vez cabría decir que Aureliano conversó con Dios y que
Éste se interesa tan poco en diferencias religiosas que lo tomó por Juan de Panonia.
Ello, sin embargo, insinuaría una confusión de la mente divina.
Más correcto es decir que en el paraíso,
Aureliano supo que para la insondable divinidad,
él y Juan de Panonia (el ortodoxo y el hereje, el aborrecedor y el aborrecido,
el acusador y la víctima) formaban una sola persona*
(Borges 1974: 556)

INTRODUÇÃO

Na sua obra principal, a *Wissenschaftslehre* de 1837, Bernard Bolzano elabora uma gnoseologia *objetivista*, que elege como seu principal objetivo polêmico a abordagem *subjetivista* que, em sua opinião, caracterizaria a abordagem kantiana e idealista do problema do conhecimento em particular e da filosofia em geral. De fato, o título já é eloquente e é escolhido por Bolzano para sublinhar sua oposição radical à filosofia transcendental de Fichte, que foi concebida como um cumprimento autêntico do criticismo.

No caso de Bolzano, estamos diante de uma abordagem radicalmente diferente, no espírito de Leibniz e Wolff, ou seja, daquela metafísica pré-crítica contra a qual Kant lutou

<https://doi.org/10.36311/2318-0501.2020.v8n1.03.p11>

tenazmente; trata-se de uma filosofia por definição não transcendental, ao ponto de podermos definir a *Wissenschaftslehre* bolzaniana como uma espécie de “anticrítica da razão pura”, como tenta mostrar o importante livro de Příhonský sobre a obra de Bolzano na sua totalidade, eloquentemente intitulado *Neuer Anti-Kant* (Příhonský 1850). A dimensão *a priori* que Bolzano tem em mente é de fato uma propriedade do conhecimento, mas não no sentido de que essa *normalizaria* um dado que de outra forma não teria sentido, como acontece na “revolução copernicana” de Kant (Palagy 1902), ou, como para Fichte e o idealismo em geral, uma propriedade do conhecimento que *poria* de forma absoluta a realidade; trata-se antes de uma propriedade *do conhecimento conceitual*, isenta de qualquer elemento intuitivo [no sentido kantiano], e, portanto, de uma propriedade do conhecimento compreendida como (possível) conhecido em sentido objetivo.

A lógica de Bolzano passa, portanto, a assumir a fisionomia de uma doutrina da ciência porque, ao tratar da verdade que o homem pode alcançar, mesmo sem levar em conta se ele efetivamente a alcançará, o seu propósito torna-se imediatamente o de uma *scientia architectonica*, no sentido de que lhe compete fornecer “um guia para a forma como todo o domínio da verdade é dividido em ciências individuais” (WL I § 5: 22), segundo uma ideia tipicamente leibniziana (Danek 1975; Bucci 1994) e característica do Iluminismo alemão, cujas intenções não são, ademais, estranhas ao próprio Kant.

Para Bolzano, a verdade é essencialmente um “em si” independente do sujeito, e, portanto, é indiferente ela ser ou não a matéria de um ato psíquico. E é precisamente em virtude desta eliminação radical da esfera lógica a partir da esfera gnoseológica, ou seja, em virtude do seu *antipsicologismo lógico*, que a teoria do conhecimento terá de se mover num nível claramente distinto, ou seja, o do juízo ou o de uma avaliação subjetiva em ter por verdadeira uma proposição. Por outro lado, notamos como isto leva Bolzano a uma forma de *psicologismo gnoseológico*, já que nossa relação com a verdade, como evento real e concreto, será inserida numa cadeia causal que deverá ser reconstruída de tempos em tempos (cf. George 1997). Passamos assim para a esfera real e empírica, para o campo das *Realwissenschaften*; e, nesta esfera, precisamente, será jogado o destino da gnoseologia, que acabará sendo reduzida à psicologia.

Por isso, se for possível compor uma espécie de partitura na qual cada nota kantiana corresponda a um contraponto bolzaniano, gostaríamos de tentar traçar o seu movimento, detendo-nos numa questão central em Kant, *et pour cause*, quase marginal em Bolzano, ou seja, a questão filosófica das categorias, que se impõe como central na filosofia posterior a Kant, precisamente porque, na medida em que ele se torna um ponto de referência incontornável no debate, é difícil subestimar a função e a importância das categorias na economia da filosofia crítica. Tratar das categorias, enfim, significa tratar do próprio Kant, com vistas à recuperação do seu pensamento ou a um distanciamento que delineie uma alternativa a ele.

Como já foi dito, a distância de Bolzano em relação a Kant é tão clara quanto possível, tendo ele eleito Kant quase como o seu principal antagonista. A circunstância é reveladora, pois se todo o seu *Opus magnum* pode ser lido como um contraponto ao criticismo, e adquire frequentemente as características de uma exposição enciclopédica (não só pelo volume, mas também pela abordagem), Bolzano, todavia, trata a doutrina das categorias quase marginalmente,

considerando-a um tema que obviamente deve ser tratado, mas que, por um lado, no complexo dos quatro volumes da sua *Wissenschaftslehre* perde muito da sua centralidade e, por outro lado, na sua consideração do sistema kantiano é um detalhe em relação às grandes e mais radicais críticas (cf. Fossati 2017; Fossati 2019).

A segunda parte da obra, a Doutrina dos Elementos (*Elementarlehre*), está dividida em quatro capítulos, o primeiro dos quais é dedicado às representações em si (e se encontra no primeiro volume; para as proposições em si, as proposições verdadeiras e as inferências, deve-se passar para o segundo), capítulo que abrange os parágrafos de 46 a 120, divididos em quatro secções, nas quais se apresenta a noção de representação objectiva (muitas vezes brevemente designada por “ideia”), as suas qualidades internas e as diferenças que subsistem entre as representações, segundo a sua inter-relação e com base em sua relação com outros objectos (WL I §§ 46-120: 214-571).

Caracteristicamente, cada parágrafo da obra é seguido por uma série mais ou menos extensa de anotações, nas quais Bolzano utiliza a comparação com o antigo e o moderno para esclarecer as teses expostas. Especificamente, este capítulo é seguido por mais um apêndice geral (§§ 115-120), intitulado *Sobre as exposições anteriores das doutrinas expostas neste capítulo*. Com este anexo Bolzano pretende, se não acertar as contas com as posições de outros, pelo menos delimitar o perímetro da sua proposta.

Aqui, dois parágrafos em particular são explicitamente dedicados às categorias: o § 118 às categorias dos “antigos”; o § 119 às dos “modernos”. É portanto explícita a intenção – de resto, constante em Bolzano – de não deixar nenhum aspecto sem fundamento ou de não negligenciar nenhum interlocutor, mas é ainda mais explícita a necessidade geral e constante de confronto com Aristóteles e Kant.

1. AS CATEGORIAS DE ARISTÓTELES

O ponto de partida só pode ser Aristóteles e o primeiro livro que compõe o *Organon*, sabidamente dedicado a categorias ou predicamentos. Bolzano imediatamente sublinha que, até onde sabido, o autor nunca definiu o significado da palavra κατηγορία. Do seu ponto de vista, esta consideração já indica uma espécie de πρώτον ψεῦδος, pois nenhum conceito deve ser introduzido sem justificação adequada, mas também – e mais ainda – definição, especialmente em filosofia e num tratado científico em que se aplica, tanto quanto possível, a regra geral de que «nunca nos devemos desviar do uso linguístico comum sem razões importantes» (Bolzano 1849: 15).

Contudo, pode-se dizer com “razoável certeza” que tanto Aristóteles quanto Archita de Taranto, a quem Bolzano atribui a autoria do conceito, pretenderam se referir a “nada mais do que a alguns gêneros supremos que se enquadram no gênero absolutamente supremo de ‘algo em geral’ [*Etwas überhaupt*]” (WL I §118: 556).

Ao introduzir a noção de categoria no Capítulo IV, Aristóteles emprega a expressão συμπλοκή, que vem do *Sofista* platônico (cf. *Soph.* 261 D - 263 B), e afirma que ela indica

“tudo o que é dito sem qualquer conexão”, ou seja, aquela *συμπλοκή* que permite atribuir um valor de verdade à proposição (*Cat.* 4, 1 b 25 - 2 a 10).

Bolzano, no entanto, citando a passagem, não explicita a lista em sua totalidade e suspende sua citação do original grego após ter mencionado a οὐσία, deixando o resto implícito. Certamente, sua reticência se deve à mera circunstância de a lista ser bem conhecida, mas – sem propor uma leitura “sintomatológica” de uma página de lógica – isso já mostra como ele não considera necessário enumerar todas as categorias identificadas. Em lugar disso, ele quer confirmar sua própria recondução das categorias ao gênero (realmente) supremo de “algo” (*Etwas*), pois ele acredita que os dez conceitos introduzidos por Aristóteles sob o nome de “categoria” referem-se a tipos tão diferentes de coisas “que não é fácil encontrar algum gênero comum que a todos compreenda, se não o absolutamente supremo” (WL I § 118: 556). No fundo, parece emergir de alguma forma a crítica – também bem conhecida – pela qual quase não importa ter a lista completa de categorias, dada sua natureza acessória e “rapsódica”. Aqui, entretanto, percebe-se como tais críticas adquirem necessariamente um escopo específico e diferente, na medida em que são formuladas a partir da própria concepção do autor, que não se afasta da necessidade kantiana de uma “dedução” das categorias e sua consequente enumeração completa e sistemática (KrV B 91).

Na perspectiva objetivista de Bolzano, assim como as proposições em si mesmas (*Sätze an sich*) devem ser distinguidas daquelas realmente concebidas ou expressas em um juízo subjetivo, assim também as “ideias”, ou seja, representações em si mesmas ou objetivas (*Vorstellungen an sich* ou *objektive Vorstellungen*) devem ser distinguidas dos eventos mentais que têm existência real (*Wirklichkeit*) em um determinado sujeito. Eles constituem o elemento mínimo da esfera lógica: nossos juízos e nossas representações subjetivas têm como matéria (*als Stoff haben*) ou contêm (*enthalten*) respectivamente uma proposição em si ou uma ideia, ou seja, são uma manifestação (*Erscheinung*) ou uma apreensão (*Auffassung*).

As representações não são nem verdadeiras, nem falsas, pois somente as proposições que elas vêm a compor podem ser verdadeiras ou falsas (WL I § 55: 238-243), e estas podem por sua vez ser analisadas mais detalhadamente, pois podem ser simples ou compostas, ao passo que por definição as proposições são sempre compostas: o conteúdo (*Inhalt*) das representações ou proposições é identificado por Bolzano com a somatória das ideias que intervêm nelas como partes constitutivas (*Bestandtheile*). As representações podem então ser divididas em objetuais (*gegenständlich*), que se referem a pelo menos um objeto, e não-objetuais (*gegenstandlos*), que não se referem a nenhum objeto (exemplos clássicos destes últimos são “quadrado redondo”, “nada”, “montanha dourada”...). As ideias objetuais podem finalmente ser distinguidas em singulares (*Einzelvorstellungen*) quando se referem a um objeto, e comuns (*Gemeinvorstellungen*) quando se referem a vários objetos. A extensão (*Umfang*) de uma representação é, portanto, o resultado do conjunto de objetos a que se refere e deve ser distinguida da sua amplitude (*Weite*), que é o número cardinal desse conjunto.

As representações constituem então a proposição, que Bolzano entende em termos de uma relação, a saber, como um nexos entre a representação do sujeito e a do predicado: sua estrutura é sempre a de um nexos copulativo, ou seja, “A tem b”. Deve-se notar que para

Bolzano as representações colocadas em relação não são apenas “A” e “B”, mas também “tem”: a proposição resulta da composição de três (e não duas) representações, e dessa maneira ela expressa a relação entre um objeto (não sua representação) e uma nota característica, uma qualidade ou propriedade (*Beschaffenheit*) que lhe convém (*zukommt auf*). O universo lógico de Bolzano é então formado por dois grandes grupos: o das propriedades e o dos objetos puros (*reine Gegenstände*), ou seja, aqueles objetos que não são propriedades. Aqui podemos encontrar o ponto de contato com Aristóteles e, de modo mais geral, o legado aristotélico de Bolzano; mas não devemos ir demasiado além.

De fato, mesmo admitindo que as categorias ou os “predicamentos” sejam realmente os *summa genera rerum*, como afirmam os Escolásticos, ou os “títulos gerais dos seres”, como dizia Leibniz (Leibniz 1765, III, 10 § 14: 307), Bolzano acredita que o conceito de “categoria” permanece vago e tem em si mesmo algo instável (*schwank*), porque não está claramente estabelecido quantos níveis é necessário descer, partindo do absolutamente supremo de “algo”, de modo que o gênero a que chegamos seja ainda suficientemente amplo para ser qualificado como relativamente supremo. E precisamente por este motivo, o mesmo número de categorias deve permanecer indeterminado: de fato, mais ou menos categorias poderiam ser incluídas dependendo de se a ideia de “algo” é interrompida antes ou depois da subdivisão em diferentes espécies (*Arten*) ou subespécies.

Bolzano vai precisamente mostrar como a partir do gênero “realmente” supremo podemos proceder por divisões progressivas; e ao fazer isso ele parece não se limitar a um mero exemplo, mas parece propor quase uma tabela alternativa (cf. Majolino 2000: 475-476).

Assim, por exemplo, alguém poderia admitir apenas duas categorias, se simplesmente subdividisse todo o âmbito do conceito de “algo” nos dois gêneros de “possível” (*das Mögliche*) e “não possível” (*das Nichtmögliche*), e se contentasse com esta subdivisão. Entretanto, pode-se certamente continuar e dividir o possível em real (*das Wirkliche*) e não real (*das Nichtwirkliche*), ou seja, no que deve se tornar real e no que não deve se tornar real (WL I § 118: 557).

Além disso, como vimos na apresentação da concepção bolzaniana de representação, à qual este segundo capítulo da *Doutrina dos Elementos* é dedicado,

o real ainda pode então ser subdividido no que consiste em uma simples propriedade de um outro, uma aderência (*Adhärenz*), e o que não consiste em uma simples propriedade de um outro, mas em uma substância (*Substanz*) em sentido próprio, ou seja, um real cuja realidade é condicionada e um real incondicionado (WL I § 118: 557; cf. Schnieder 2002).

Especialmente em Bolzano, é importante salvaguardar o segundo nível, o dos objetos que não têm realidade, mas que mesmo assim subsistem, o das representações e proposições “em si”, a saber, entidades que podem ser definidas como “lectológicas”, recuperando a noção estoíca de $\lambda\epsilon\kappa\tau\acute{o}\nu$ de acordo com a perspicua interpretação de Ettore Casari (Casari 1989: 322; Casari 2016: 2, 8-10; cf. também Berg 1962; Betti 2012).

Seja como for, só o fato de que é possível oferecer como exemplo uma alternativa à tábua aristotélica – mesmo que se tenha visto que o exemplo proposto não é tão aleatório, mas corresponde de fato às próprias necessidades teóricas – mostra para Bolzano que, com

base na noção aristotélica de “categoria”, aquelas propostas pelo Estagirita não são satisfatórias. Em primeiro lugar, elas não devem ser representações mutuamente exclusivas, pois o mesmo objeto pode se enquadrar em várias categorias (por exemplo, sob o possível e o real, e assim por diante). Além disso, é claro que as categorias não podem ser consideradas conceitos simples, pois entre elas também haveria conceitos compostos, como no caso de “não possível” e “não real”, ao passo que elas deveriam ter a máxima simplicidade acompanhada da máxima extensão. Exatamente em relação a este último ponto, ao contrário, haveria também conceitos simples que não se enquadrariam nas categorias, ou seja, todos aqueles sem extensão, como “nada”, “tem” e similares, confirmando que a elaboração do conceito de “categoria” é infeliz, já que elas deveriam ser conceitos gerais, de espécies (*Gattungsbegriffe*) e, portanto, todos deveriam necessariamente ter uma extensão, na verdade, a mais ampla possível.

Com base em tudo isso, finalmente entrando nos méritos dos dez conceitos listados por Aristóteles, Bolzano acredita poder concluir que substância (*Substanz*, οὐσία), quantidade (*Größe*, ποσόν), qualidade (*Eigenschaft*, ποιόν), relação (*Verhältnis*, πρὸς τῷ), lugar (*Ort*, ποῦ), tempo (*Zeit*, ποῖ), posição (*Lage*, κείσθαι), posse (*Besitzthum*, *Haben*, ἔχειν), ação ou ser-causa (*Wirksamkeit*, *Ursache seyn*, ποιεῖν) e afecção ou ser-afetado (*Leiden*, *Wirkung seyn*, πάσχειν) são todos conceitos que têm um abrangência muito ampla, e podem ser considerados como categorias sob este ponto de vista. Não obstante, ele acredita que pelo menos quatro críticas podem ser levantadas.

Em primeiro lugar, a crítica análoga à objeção fundamental kantiana, a saber, que estes conceitos não seriam apresentados numa ordem apropriada – análoga, mas não idêntica, porque para Bolzano a ordem apropriada seria a que indica como estas representações são subordinadas ou coordenadas. Em segundo lugar, se esses conceitos pretendem esgotar a esfera do “algo”, sua lista é certamente incompleta, porque outros conceitos que têm extensão igual ou até maior do que aqueles – como por exemplo os da lista “alternativa”, que, se não delineada, foi pelo menos esboçada – ou seja, “possível” e “não possível” ou “real” e “não real” foram omitidos. Diante desta falta, poderia então ser registrada uma redundância, pois não parece tão decisiva a diferença entre *Ort* (ποῦ) e *Lage* (κείσθαι), bem como entre *Besitzthum* (ἔχειν) e *Beschaffenheit* (ποιόν) – obviamente do ponto de vista de Bolzano, que assim apresenta e traduz Aristóteles, sem se engajar em uma análise profunda da teoria, e menos ainda em uma discussão crítica da interminável reflexão sobre o tema dos autores e comentaristas “clássicos”. Tendo em conta o que o próprio título da *Wissenschaftslehre* anuncia, ou seja, a “referência constante àqueles que até agora lidaram” com a lógica, o fato que pode ser *prima facie* registrado é que esta promessa, pelo menos neste ponto, não foi completamente honrada, mesmo que esta circunstância possa ser considerada mais adequadamente como indicativa da marginalidade do tema em comparação com a nova configuração oferecida, à luz da qual até mesmo a noção de “pós-predicamento” pode ser rapidamente resolvida. Aparentemente, é por mero dever de completude que Bolzano quase laconicamente menciona aqueles conceitos subordinados às categorias de que Aristóteles fala nos últimos seis capítulos (se estes realmente houverem sido escritos por ele), ou seja, a “oposição” (*Gegensatz*), a “prioridade”, a “posterioridade” e a “simultaneidade” (*Früher-, Später- e Zugleichseyn*), e os diferentes tipos de “ter” (*Haben*). (WL I § 118: 559; cf. *Cat.* 10-15, 11 b 16 - 15 b 32). Se entre os “predicamentos”, ou seja, as categorias, e estes “pós-predicamentos”

– entre as quais, aliás, pode ser notado que a mudança ou movimento (κίνησις) nunca é mencionado – os Escolásticos pensaram identificar “uma espécie de oposição”, Bolzano pode resolver isso simplesmente afirmando que tal oposição não existiria, precisamente porque não há um limite preciso que distinga as categorias.

Ajuda a captar o ápice das objeções a que realmente se apresenta em terceiro lugar (antes daquela relativa à “redundância”, que antecipamos), que expressa a diferença fundamental entre Bolzano e Aristóteles. De modo geral, o Estagirita parece ter “pensado apenas na esfera das coisas existentes [*existierende Dinge*], mas não na esfera meramente possível ou mesmo não possível” (WL I § 118: 558). Em suma, tratar-se-ia do chamado “prejuízo em favor do real” (*Vorurteil zugunsten des Wirklichen*) do qual Meinong falará (Meinong 1971: 485), e cujo desarmamento está na origem do objetualismo de Bolzano e daquela “tradição semântica” que para Coffa encontraria nele sua origem². Portanto, no que diz respeito a Aristóteles, o problema não seria tanto a “sobreposição” de questões lógicas e ontológicas, no sentido de um valor ontológico das categorias, mas antes de tudo sua própria ontologia, no sentido das relações que poderíamos definir de prioridade entre lógica e ontologia. Por um lado, a semantização do ser para Aristóteles se concentra na substância, na existência real do indivíduo, e é esta concepção ontológica que marca sua lógica; por outro lado, para Bolzano não seria tão ousado usar a expressão evocativa de Dummett e falar de uma base lógica para a metafísica (cf. Dummett 1991), pois ele modula a noção de “real” a partir da noção de “representação” (cf. Proust 1999). Isso significa fundar a relação “causa”-“efeito” nas realidades a partir da relação entre “fundação” e “consequência” nas proposições (cf. Schnieder 2014), e obviamente isso considera a existência como uma propriedade entre outras, um predicado entre outros, que os objetos podem ter ou não dependendo se são colocados espacialmente e inseridos em uma cadeia causal ou não (mas sobre isso uma consideração mais articulada é oferecida em Morscher 1974). Isto foi para Bolzano um motivo de forte divergência mesmo em relação a Leibniz³.

2. A TÁBUA DE KANT

Toda a distância entre Bolzano e Aristóteles pode ser lida como uma reflexão posterior ou mesmo como uma possível renovação da mesma perspectiva no sentido do “realismo lógico”. O verdadeiro adversário de Bolzano continua sendo Kant e aqueles que se referem a ele, aqueles “*neuere Weltweise*” enredados por ou na filosofia crítica, que atribuem à “categoria” um papel decisivo e um significado novo e característico, mesmo se este último – Bolzano aponta-o imediatamente, fazendo sua acusação típica – nem sempre é definido com clareza suficiente.

No que diz respeito a Kant, por “categorias” ele quis indicar os conceitos puros do intelecto. (*reine Verstandesbegriffe*), ou seja, “conceitos de um objeto em geral, por meio dos quais a intuição [*Anschauung*] deste é vista como *determinada* em relação a uma das funções lógicas do juízo” (KrV B 128; trad. p. 127). Em outro lugar ele afirma que os conceitos contêm as condições subjetivas (*subjektive Bedingungen*) de cada pensamento, ou permitem intuir a multiplicidade dos fenômenos ordenada de acordo com certas relações (cf. KrV B 122). Em relação à *aetas kantiana*, que Bolzano considera sempre abundantemente, muitas vezes com a

intenção de mostrar os resultados heterogêneos aos quais as confusões e os erros iniciais podem levar, desta vez é lembrado Eberhard, que concluiu a partir destas definições que Kant entendia por “categorias” os conceitos supremos do entendimento, consolidando assim a linguagem filosófica da escola (cf. Eberhard 1792: 171). Mas Bolzano contrapõe imediatamente a esta posição a de Buhle, que a partir das mesmas premissas chegou ao ponto de afirmar que as categorias em si mesmas não seriam conceitos, mas apenas formas de conceitos (cf. Buhle 1804-1805: VI, 596).

Qualquer que seja a real extensão dessas discordâncias em relação à definição das categorias, geralmente há acordo sobre o número delas, e Bolzano desta vez lista e reproduz toda a tábua, obviamente em consideração não apenas a uma necessidade expositiva, mas também a uma necessidade intrínseca do esquema. Pode ser de algum interesse notar as infidelidades mínimas em relação ao original, que concretizam as traduções do “Kantês” para o “Bolzanês”, de modo que *Inhärenz* e *Subsistenz* se tornam *Adhärenz* e *Substanz*, e *Dasein* se torna *Wirklichkeit*. (WL I § 119: 560; cf. KrV B 106)⁴.

Embora não haja variações significativas em relação à tabela, Bolzano não perde a oportunidade de recordar as feitas por Krug, não apenas com as habituais intenções polêmicas sobre a heterogeneidade do kantismo, mas também porque considera “muito apropriada” a substituição do conceito de *Realität* pelo de *Posição* (no sentido de *Gesetzt seyn*) (Krug 1818: 94). Entretanto, não é o mero termo *Realität* que está sendo substituído por Krug, que coloca a *Urkategorie* da *Realität* ou *Seyn* e três categorias que define “da sensibilidade”: espacialidade, temporalidade e *räumliche Zeitlichkeit* (“estar no espaço e no tempo”), antes das categorias kantianas “do entendimento” (Krug 1818: 93) – e aqui estamos evidentemente de volta ao campo dos “assuntos internos”, onde por Bolzano são tentadas melhores soluções para problemas mal colocados.

Em resumo, nem a ideia, nem a estrutura da tábua são substancialmente questionadas, e, de fato, Bolzano acredita que o próprio fato de ser apresentada em uma estrutura simétrica e certamente atraente não só está na origem de sua conservação pelos kantianos, apesar das dificuldades que apresenta, mas também tem uma parte significativa na difusão e no sucesso da filosofia crítica em geral. Torna-se ainda mais necessário examiná-la cuidadosamente a fim de examinar sua falta de sustentabilidade.

Em primeiro lugar, Bolzano ataca a definição mesma de “categoria”, contestando a afirmação de que as categorias não sejam realmente conceitos, mas formas de conceitos: de fato, esta seria uma distinção difícil de entender, pois através de palavras como “unidade”, “pluralidade”, “totalidade”, *etc.*, o que está a ser designado são conceitos precisamente como em outros casos; além disso, com a expressão “forma de conceitos” Bolzano acredita que só pode ser entendida uma certa propriedade relacionada a vários conceitos, que é representada em conexão com aqueles, igualmente representados, e que no final permanece um conceito. Até agora, o que está em questão é a consistência da distinção entre categorias e outros conceitos à luz de uma concepção alternativa, a saber, a concepção bolzaniana de “representação objetiva”. Portanto, esta é uma crítica “externa” pela qual entra em jogo a diferença irreduzível entre o transcendentalismo kantiano e o objetivismo bolzaniano. Na verdade, se não faria sentido

definir as categorias como “formas de conceitos” porque elas são conceitos, deve haver algo que as distinga, e é aqui que o corte se torna claro, porque Bolzano deixa clara a necessidade de que os conceitos sejam diferentes, “mesmo para uma certa diferença intrínseca que não depende simplesmente de nosso pensamento; e, precisamente por essa, e não pela sua [dos conceitos] relação com nosso entendimento, eu gostaria de ver sua definição fundada” (WL I § 119: 561). No fundo, é a própria revolução copernicana que está sendo contestada.

Entretanto, torna-se vã a pretensão de considerar as categorias como a totalidade de “conceitos fundamentais” (*die sämtlichen Grundbegriffe*), por meio dos quais todos os outros conceitos do entendimento humano teriam origem através de “uma mera conexão” (*Verbindung*), como muitos kantianos teriam entendido (e Bolzano cita, por exemplo, Fries 1824 § 31: 32; Krug 1827-1829: II, 338). De fato, como seria possível deduzir dos conceitos da tábua aqueles de “representação em si, proposição em si, verdade, conhecimento, vontade, sensação, dever e assim por diante” (WL I § 119: 561)? A crítica é consistente em si mesma, mesmo que a menção dos dois primeiros termos possa ser enganosa: eles são de fato os conceitos fundamentais de outra filosofia, a de Bolzano, que não pode imputar à filosofia kantiana não perceber a crítica a que é submetida; mas Bolzano, com razão, está aqui somente fechando o círculo em um apêndice, como foi dito, e acredita já ter mostrado que o que é importante para ele é o que também importa “em si mesmo”.

Mas esta primeira série de objeções vem precisamente “de fora”, enquanto as críticas mais significativas e estimulantes são as internas, uma empresa da qual Bolzano não se esquiva.

No contexto da questão crucial, a transcendental já abordada, há a da “dedução” da tábua das categorias a partir da dos juízos; portanto, deve haver tantas das primeiras como dos diferentes tipos dos segundos. De fato, para Kant “surtem exatamente tantos conceitos puros do entendimento, que se dirigem *a priori* a objetos da intuição em geral, quantas eram, na tábua anterior, as funções lógicas em todos os juízos possíveis; pois nessas funções o entendimento se vê completamente exaurido, e sua faculdade, inteiramente mensurada” (KrV B 105). Obviamente, esta afirmação depende da definição do conceito de “categoria”, que Bolzano já rejeitou em críticas anteriores e ao qual ele ofereceu uma alternativa com a “representação em si” ao longo de todo o capítulo. Da mesma forma, no que diz respeito à tábua dos juízos, será necessário opor-lhe uma teoria alternativa que considere o conceito de “proposição em si”, ao qual é dedicado o capítulo seguinte (§§ 121-194), que de fato termina com um apêndice especial (§§ 185-194). Aqui, Bolzano apenas se opõe a como e até que ponto Kant consegue deduzir “suas” categorias de “suas” formas do juízo – ou seja, ele tenta dismantlar este esquema conceitual a partir de dentro.

Com relação à quantidade de juízos, Bolzano está disposto a reconhecer que o conceito correspondente de “pluralidade” está contido nos juízos particulares, ou pelo menos em alguns deles, mas não acredita que exista simetria no caso de juízos universais com o conceito de “totalidade” e no de juízos singulares com o conceito de “unidade”. De seu ponto de vista, de fato, a expressão “todos os homens são mortais” é completamente equivalente a “todo homem” ou “o homem (em geral) é mortal” (WL I § 76: 340-343); mas se o juízo deve ser entendido como uma composição de representações, então podemos ver que apenas as de “homem”

e “mortalidade” aparecem aqui (para Bolzano, sabemos, também a de “ter”, mas isso não é relevante), e o conceito de “totalidade” não está contido de forma nenhuma. Este último deve de fato aparecer na representação do sujeito ou no predicado que lhe está ligado, mas este não é evidentemente o caso (nem aparece na cópula), e discursos semelhantes podem ser feitos sobre o conceito de “unidade”, que não se encontra em juízos singulares: “A representação ‘Sócrates’ é de fato muito diferente da representação ‘um’ (um objeto [*Gegenstand*])” (WL I § 119: 562; cf. WL I § 86: 406-408).

Bolzano acredita que a atitude kantiana seja ainda mais forçada no caso das três categorias da relação: deste ponto de vista, qualquer juízo deve ser categórico, hipotético ou disjuntivo. Com certeza, juízos categóricos como “a distância tem grandeza” ou “a onipotência é uma propriedade possuída somente por Deus” podem ser considerados categóricos, mas em Bolzano isso não parece ser o caso, porque as representações do sujeito e do predicado contêm os conceitos de “substância” ou “acidente” (para ele “aderência”), ou podem ser reconduzidas a estes últimos. No máximo, pode-se admitir que, em juízos como os citados, a representação do sujeito está ligada à do predicado através do mesmo conceito com o qual a representação de uma substância pode estar ligada à de sua adesão – ou seja, a representação “ter”, a cópula, que por si só não pode caracterizar qualquer juízo com respeito a outro, pois a mesma cópula “ter” fica presente em todos os juízos.

Para Bolzano, entretanto, a artificialidade do processo é mais evidente no caso de juízos disjuntivos, que devem conter o conceito de “uniformidade” ou “ação mútua”. Lembrando como essa conexão já foi amplamente contestada e lembrando que certamente ele não foi o primeiro a não compreendê-la⁵, Bolzano declara peremptoriamente que todos podem ver como é forçado derivar o conceito de “ação mútua” daquela limitação que deveria opor mutuamente as duas esferas unidas para formar o sujeito do juízo disjuntivo (cf. KrV B 99).

A outra área em que Bolzano ataca a “dedução” é a alegação de que, em cada uma das quatro classes da tábua categorial, o terceiro conceito surge dos dois primeiros através de uma união deles, constituindo uma espécie de síntese dos mesmos (cf. KrV B 110)⁶. Tudo isso faz parte da atratividade gerada pela simetria com que a tábua é apresentada, que aos olhos de Bolzano é, no final, bela demais para ser verdadeira.

Se, de fato, no caso de categorias de qualidade, Bolzano está disposto a admitir que a “limitação” pode ser deduzida da união da “realidade” com a “negação”, já que a limitação pode ser entendida como a afirmação de algo junto à negação de algo diferente, isto é quase uma exceção em termos de plausibilidade no que diz respeito às outras três classes.

No âmbito da quantidade, a “totalidade” não pode ser para Bolzano concebida como uma “pluralidade” determinada pela “unidade”: “A totalidade dos A’ é, creio, o conceito de um todo do qual cada A é uma parte” (WL I § 119: 563; cf. novamente WL I § 86: 406-408), um conceito no qual nem o de “pluralidade”, nem o de “unidade” aparecem. Quanto às categorias da relação, certamente seria possível vincular a “comunalidade” às noções de “causa” e “efeito”, pois a ação mútua realmente as implica, mas a mesma coisa não poderia se aplicar

a “substância” e “acidente”, pelo simples fato de que a ação mútua também pode existir entre objetos que não são substâncias, como entre o entendimento e a vontade.

Finalmente, considerando a classe de modalidade, Bolzano acredita possa parecer plausível que o conceito de “necessidade” seja composto de “possibilidade” e “realidade”, já que o necessário é frequentemente definido como “aquele real [*Wirkliche*] cuja inexistência é impossível” (WL I § 119: 563), mas isto depende precisamente desta definição, que pode ser contestada. Os termos “necessário” e “possível”, de fato, têm um significado mais amplo para Bolzano, pois também podem se aplicar a verdades, ou seja, a objetos que não têm nem podem ter qualquer realidade, e podemos lembrar aqui que, em comparação com Aristóteles, o par “possível” e “não possível” foi o primeiro a aparecer na determinação progressiva do conceito mais amplo de “algo”; portanto, “real” foi uma das determinações dentro do “possível” e não vice-versa, a do “possível” uma das determinações dentro do “real”. Bolzano tenta mostrar que uma melhor definição é a que ele propôs: “Necessário é o que deriva de verdades puramente conceituais [*Begriffswahrheiten*], possível é o que, ao contrário, não deriva de verdades puramente conceituais” (WL I § 119: 563).

Aqui ele introduz uma noção, a de *Begriffswahrheit*, que certamente agora precisa ser explicada, mas que já constitui em si um ponto nodal de seu pensamento, no qual não é por acaso que um conceito *a priori* radicalmente diferente do kantiano entra em jogo, e que por isso merece ainda mais motivos para ser considerado neste contexto, permitindo uma melhor compreensão do sentido geral da crítica pontual das categorias.

Vimos que para Bolzano as representações podem ser simples ou compostas, as simples podem ser objetuais ou não-objetuais e as objetivas podem ser singulares ou comuns; quanto ao conteúdo de uma representação, é a soma das ideias que intervêm nela como partes constitutivas, enquanto sua extensão é dada pelo conjunto de objetos a que se refere. Partindo das noções de “conteúdo” e “extensão”, Bolzano define as intuições (*Anschauungen*) como representações que têm extensão e conteúdo mínimo, ou seja, são objetuais (ou seja, referem-se realmente a um objeto), simples com respeito ao conteúdo (ou seja, não têm partes que sejam elas próprias representações), singulares com respeito à extensão (ou seja, referem-se a um objeto e a apenas um) (cf. WL I § 72: 325-329). Os conceitos (*Begriffe*) são então aquelas representações em cujo conteúdo não há intuições e, portanto podem ser simples ou singulares, mas não as duas coisas ao mesmo tempo:

Por exemplo, para mim a representação “algo” é um conceito puro, porque esta representação não é uma intuição, não tendo um objeto, mas uma infinita multiplicidade de objetos, nem contém em si qualquer intuição como parte constitutiva, não sendo composta de forma nenhuma. Também deixo o nome de puro conceito à representação “Deus”, porque, embora tenha um único objeto, não é simples, pois me refiro a Deus como aquele ser que não tem fundamento para sua própria realidade. (WL I § 73: 330).⁷

Bolzano, portanto, distingue entre proposições “empíricas ou intuitivas” (*Erfahrungs- oder Anschauungssätze*) e “conceituais” (*Begriffssätze*), dependendo se as intuições estão ou não incluídas em seu conteúdo. Se o juízo que tem como matéria uma verdade em si é chamado “conhecimento” (*Erkenntnis*), Bolzano pode então definir como “conhecimento empírico ou

intuitivo” aquele juízo que contém uma proposição verdadeira na qual aparecem intuições (*Anschauungswahrheit*), ou seja, ideias simples e singulares (WL II § 133: 33-34); e finalmente chegamos a verdades conceituais puras (*reine Begriffswahrheiten*), e podemos dizer que apenas elas são as necessárias, mesmo que sua natureza conceitual não diga que seu conhecimento pode ser adquirido apenas *a priori*.

Se uma proposição conceitual pura é verdadeira, podemos sabê-lo principalmente sem recorrer ao que é chamado experiência, ou seja, sabemos isso *a priori*. Porém, existem também puras verdades conceituais que não conhecemos *a priori*, mas por meras experiências; por exemplo: todos os corpos se atraem de forma diretamente proporcional ao quadrado da massa e inversamente proporcional ao quadrado da distância (Bolzano 1975: 61; cf. Rusnock 2012).

O *a priori*, portanto, nada tem a ver com a relação entre o entendimento e a proposição conhecida, mas com as propriedades intrínsecas desta última, e a centralidade desta divergência se percebe exatamente na oposição de Bolzano a Kant, já que o mesmo transcendentalismo está aqui em jogo (cf. Benoist 1999; Lapointe 2011: 102-115). Claro que não se trata de um *tudo ou nada*, mas é igualmente clara a relevância deste ponto, pois Bolzano propõe aceitar sua definição de “necessário” abandonando a definição usual, que identifica o “necessario” com o que é impossível que não exista, uma definição que funda a dedução kantiana da “necessidade” a partir da “possibilidade” e da “existência”.

Tendo em conta tudo isto, se concedermos que “necessário” é o que deriva de verdades puramente conceituais, então esse conceito não tem entre suas partes constituintes a de “possibilidade”, porque esta última, ao contrário, é ainda mais composta do que a primeira, já que sua definição deriva da negação da “necessidade”, ou seja, tem uma parte constituinte extra: o “não”.

CONCLUSÕES

O que Bolzano finalmente contesta, chamando-o “singular” (*sonderbar*) com seu típico estilo eufemístico, é que a maioria daqueles que admitem no todo ou em parte a tábua kantiana das categorias a apresentam e a justificam, não como se fosse uma questão de lógica, mas de metafísica, embora obviamente não só se refiram a ela em lógica, mas também a utilizem. Se, porém, esses conceitos são realmente o que se exige, é precisamente na lógica que eles devem ser considerados, pois constituem o objeto dela.

Na verdade, onde se determina quantas formas diferentes de juízo existem, espera-se que as categorias também sejam listadas, se estas devem surgir a partir daquelas diferentes formas ou formar a base delas. E isto é ainda mais verdade se para Kant a intenção arquitetônica da crítica deve colocar diante dos olhos uma enumeração completa de todos aqueles conceitos fundamentais (*Stammbegriffe*) de todo o entendimento humano (KrV B 27), e se tais conceitos “são tão importantes para cada pensamento ordenado que cada objeto só pode ser tratado exhaustivamente se for tratado de acordo com a tábua das categorias” (WL I § 119: 564).

Bolzano não considera válida a possível objeção de que a determinação das categorias seria obtida apenas levando em conta a matéria de pensamento, que em si mesma seria alheia à lógica, pois considera a distinção entre forma e matéria do pensamento, por um lado, vaga e, por outro, nunca observada rigorosamente mesmo por aqueles que a propõem (WL I § 116: 538-545). Não é sequer o caso de apelar-se à ligação entre forma e entendimento e entre matéria e intuição empírica, crucial para Kant, mas obviamente completamente alheia à abordagem bolzaniana (cf. George 2004).

Mas, além disso, o que está sendo tocado agora é o ponto de junção entre lógica e metafísica, ou seja, o reexame de suas possíveis relações e o questionamento das reivindicações desta última, à qual a filosofia crítica se aplica. Precisamente aqui reside a importância das categorias, tanto em relação ao núcleo da comparação entre Bolzano e Kant, como, em geral, em relação ao debate filosófico que eles geraram a partir de Aristóteles.

A questão das categorias atravessa diferentes épocas e contextos problemáticos, voltando ao auge ou passando para segundo plano de acordo com diferentes modalidades e contingências que vale a pena investigar com mais profundidade. Se podemos dizer que se trata do mesmo problema que é retomado e para o qual são obviamente propostas várias soluções, também é interessante considerar por que razão num determinado contexto este problema recupera uma centralidade de outra forma desfocada. Para Kant, este é um momento central da filosofia crítica, em que está em jogo o seu destino, constituindo a espinha dorsal dessa filosofia transcendental que se move a partir da revolução copernicana: a agenda filosófica do século seguinte teria conhecido um confronto próximo com este dispositivo, na medida em que Kant constituía um ponto de referência fundamental, positivo ou negativo. Se este último é claramente o caso em Bolzano, tentamos reconstruir a forma particular de examinar este ponto – dizíamos quase “marginalmente”, e podemos agora repeti-lo justificadamente, dado que o que para Kant adquire um papel fundamental é para Bolzano secundário, porque toda a abordagem transcendental é rejeitada.

Entretanto, independentemente do interesse nesta controvérsia específica, é um fato interessante que atualmente o debate em ontologia e metafísica encontra no conceito de “categoria” um importante ponto de comparação (cf. Cumpa/Simons 2015; D’Anna/Fossati 2017; D’Anna/Fossati 2019; Lorini 2020). Isto pode ser indicativo da “fortuna crítica” e da influência permanente de Kant, certamente, mas também pode ser indicativo das semelhanças entre a situação atual e aquela em que ele operou no que diz respeito à relação entre filosofia e ciência empírica, por um lado, e entre pensamento e realidade, por outro lado.

É claro que a filosofia deve sempre definir os termos que utiliza em relação a outras empresas cognitivas e, sendo uma empresa cognitiva em si, deve necessariamente abordar a questão do tipo de relação que tem com o conhecido. Mas assim como para Kant se tratava de questionar as condições de possibilidade do conhecimento diante do dar-se efetivo de um conhecimento como a física newtoniana (*ab esse ad posse datur illatio!*), e, portanto, também a metafísica tinha que ser capaz de mostrar sua plausibilidade e praticabilidade, comparando-se com uma verdadeira teoria, com um conhecimento que alcançasse seu objetivo, da mesma maneira, hoje, após a chamada “virada ontológica”, os problemas metafísicos e filosóficos em

geral devem mostrar que são capazes de resistir às tentativas de sua naturalização. Falar de “categorias” torna-se assim uma forma de interagir com outros campos disciplinares, mostrando um domínio problemático e um aparelho conceitual próprio, irreduzível e consistente: uma escolha estratégica, na busca de um ponto em que as teorias sobre o mundo e os aspirantes a “catálogos” do mesmo se encontram, da maneira mais objetiva possível, com interesse mútuo e vantagem desejável.

Neste contexto, a linguagem adquire uma centralidade sem precedentes, como ponto de intersecção entre lógica e ontologia, entre pensamento e realidade. Portanto, sem que seja preciso recordar a origem gramatical da qual Trendelenburg falava (Trendelenburg 1846), é fácil ver o problema das categorias como um campo de investigação privilegiado para a reflexão filosófica atual – e, de fato, a “virada ontológica” é enxertada na “linguística”, para a qual Bolzano sem dúvida contribuiu..

Claro que a “nossa” ciência empírica não é a de Kant, nem a “nossa” lógica a dele, e isso exatamente graças à significativa contribuição de Bolzano; no entanto, nem a ontologia nem a metafísica tão florescentes hoje são as dos volumes com os quais Hume foi confrontado e a partir dos quais ele advertiu drasticamente:

Contém algum raciocínio abstrato sobre quantidade ou números? Não. Contém algum raciocínio experimental sobre fatos e existência? Não. Atira-o, então, ao fogo, pois tudo o que ele contém não passa de sofisma e ilusão (Hume 1874: 136).

O juízo de Hume foi pouco generoso e assaz draconiano, mas certamente muitos livros hoje teriam escapado das chamas – e, entre eles, supostamente não só os de Kant, mas também os de Bolzano. Mesmo o primeiro tendo sido o adversário de vida do segundo, cujo legado mais característico seria mesmo aquela tradição anti-kantiana tão tipicamente austríaca, a imagem poética borgiana aqui recordada como epígrafe permite-nos sugerir, contudo, um nível diverso de conexão entre Kant e Bolzano. Em tal nível, a filosofia é concebida como “ciência rigorosa”, encarregando-se das implicações lógicas e ontológicas inerentes à noção de verdade e investigando as condições sob as quais seja humanamente possível alcançá-la, decerto se diferenciando internamente a ponto de conhecer conflitos insanáveis, mas também, de fato, abrindo caminho para o desenvolvimento de uma sensibilidade teórica afim e para subsequentes elaborações originais em grau de contemporizar as divergências em sínteses posteriores (indicação que vai espontaneamente ao encontro de Husserl e Lask).

ABSTRACT: Bolzano was a fierce opponent of Kant’s philosophy, but he does not devote much space to the thematic critique of the concept of *category*, even though it is a crucial question for the transcendental philosophy. My aim is to present Bolzano’s punctual criticisms to the Aristotelian *category* and to the Kantian *table*, and to delineate some peculiar concepts of Bolzano, based on which the notion of *summum genus* is originally rethought and any *deduction* is radically rejected.

KEYWORDS: Bernard Bolzano, Immanuel Kant, Aristotle, Categories.

RESUMO: Bolzano foi um feroz opositor da filosofia de Kant; mesmo assim, ele não dedica muito espaço à crítica temática do conceito de categoria, uma questão crucial para a filosofia transcendental. O meu objetivo é apresentar as críticas pontuais de Bolzano à categoria aristotélica e à tábua kantiana, bem como delinear alguns conceitos peculiares de Bolzano, com base nos quais a noção de *summum genus* é originalmente repensada e qualquer dedução é radicalmente rejeitada.

PALAVRAS-CHAVE: Bernard Bolzano, Immanuel Kant, Aristóteles, Categorias.

REFERÊNCIAS / REFERENCES

SIGLAS E ACRÔNIMOS

- Soph.* – Platão, *O Sofista*, in *Platonis Opera quae extant omnia*, 3 voll., edição por Henri Estienne (Stephanus), Paris (Genève): Stephanus, 1578.
- Cat.* – Aristóteles, *Categorias*, in *Aristotelis Opera*, 5 voll., edição por Immanuel Bekker, Berlin: Reimer, 1831-1836.
- BGA – Bolzano, Bernard, *Bernard Bolzano Gesamtausgabe*. Stuttgart - Bad Cannstatt: Frommann - Holzboog, 1969-ss.
- WL – Bolzano, Bernard, *Wissenschaftslehre. Versuch einer ausführlichen und größtentheils neuen Darstellung der Logik, mit steter Rücksicht auf deren bisherige Bearbeiter, hrsg. von mehreren seiner Freunde. Mit einer Vorrede von Dr. J. Chr. A. Heinroth*. 4 Bde. Sulzbach: J.E. v. Seidel, 1837. Hrsg. Berg, Jan, BGA, Reihe 1 (*Schriften*), Bde. 11-14, 1985-2000.
- AA – Kant, Immanuel, *Kants gesammelte Schriften*. Hrsg. von der Königlich Preußischen Akademie der Wissenschaften Berlin, Berlin: Reimer - de Gruyter, 1900-ss.
- KRV – Kant, Immanuel, *Critik der reinen Vernunft. Zweyte hin und wieder verbesserte Auflage*. Riga: Hartknoch, 1787. (AA, III, citado segundo as edições A e B).

Benoist, Jocelyn, *La priori conceptuel. Bolzano, Husserl, Schlick*, Paris: Vrin, 1999

Berg, Jan, *Bolzano's Logic*, Stockholm-Göteborg-Uppsala: Almqvist & Wiksell, 1962.

Besoli, Stefano / Guidetti, Luca / Raspa, Venanzio (Eds.), *Bernard Bolzano e la tradizione filosofica, Discipline filosofiche*, 21 (2011), 2.

Betti, Arianna, *Bolzano's Universe. Metaphysics, Logic, and Truth*, in Haaparanta, Leila / Koskinen, Heikki J. (Eds.), *Categories of Being. Essays on Metaphysics and Logic*, Oxford: Oxford UP, 2012, pp. 167-208.

Bolzano, Bernard, *Einleitung zur Größenlehre und erste Begriffe der allgemeinen Größenlehre*, Hrsg. Berg, Jan, BGA, Reihe 2A, Bd. 7, 1975.

_____, *Verschiedenheiten zwischen Leibnizens und meine Ansichten*, in Id., *Philosophische Tagebücher 1827-1844*, Hrsg. Berg, Jan, BGA, Reihe 2B, Bd. 18/2, 1979, 37-48, 56.

_____, *Was ist Philosophie?*. Wien: Braumüller, 1849. In Id., *Vermischte philosophische und physikalische Schriften 1832-1848*. Hrsg. J. Loužil, BGA, Reihe 2A, Bd. 12/3, 1978, 13-33.

Borges, Jorge Luis, *Os Teólogos* (1949), in *Obras completas. 1923-1972*, Buenos Aires: Emecé Editores, 1974, pp. 550-556.

Bucci, Paolo, "Logica e organizzazione del saper nella dottrina della scienza di Bernard Bolzano", *Rivista di filosofia*, 85 (1994), pp. 241-259.

Buhle, Johann Gottlieb, *Geschichte der neueren Philosophie seit der Epoche der Wiederherstellung der Wissenschaften* (Sechste Abteilung der *Geschichte der Künste und Wissenschaften seit der Wiederherstellung*

derselben bis an das Ende des achtzehnten Jahrhunderts. Von einer Gesellschaft gelehrter Männer ausgearbeitet). 6 Bde., Göttingen: Röwer, pp. 1804-1805.

Casari, Ettore, *Bolzano's Logical System*, Oxford: Oxford UP, 2016.

Casari, Ettore, "Una fonte dimenticata? La teoria bolzaniana del significato", *Rivista di filosofia*, 80 (1989), pp. 319-349.

Coffa, J. Alberto, *The Semantic Tradition from Kant to Carnap. To the Vienna Station*, ed. Wessels, Linda, Cambridge: Cambridge UP, 1991.

Cumpa, Javier / Simons Peter M. (Eds.), *Categories, The Monist*, 93 (2015), 3, pp. 233-351.

Danek, Jaromir, *Les Projets de Leibniz et de Bolzano. Deux sources de la logique contemporaine*, Québec: Les presses de l'Université Laval, 1975.

D'Anna, Giuseppe / Fossati, Lorenzo (Eds.), *Categories. Histories and Perspectives*, Hildesheim-Zürich-New York: Olms, 2017.

_____, *Categories. Histories and Perspectives 2*, Hildesheim-Zürich-New York: Olms, 2019.

Dummett, Michael, *Logical Basis of Metaphysics*, Cambridge (Mass.): Harvard UP, 1991.

_____, *Origins of Analytical Philosophy*, London: Duckworth, 1993.

Eberhard, Johann August, "Ueber die Categorien, insonderheit über die Kategorie der Caußalität", *Philosophisches Magazin. Herausgegeben von Johann August Eberhard*, Halle: Gebauer, 1792, pp. 171-187.

Feuerbach, Ludwig Andreas, *Geschichte der neuern Philosophie. Darstellung, Entwicklung und Kritik der Leibnitz'schen Philosophie*, Ansbach: Brügel, 1837.

Fossati, Lorenzo, *Neither Aristotle nor Kant. Bernard Bolzano on Categories*, in D'Anna, Giuseppe / Fossati, Lorenzo (Eds.), *Categories. Histories and Perspectives 2*, Hildesheim-Zürich-New York: Olms, 2019, pp. 77-94.

_____, "Tra rapsodia e artificio. Bolzano sulle categorie", *Rivista di Filosofia Neo-Scolastica* 109 (2017), 3, pp. 515-529.

Fries, Jakob Friedrich, *System der Metaphysik. Ein Handbuch für Lehrer und zum Selbstgebrauch*, Heidelberg: Winter, 1824.

George, Rolf, *Intuitions. The Theories of Kant and Bolzano*, in Siebel, Mark / Textor, Mark (Hrsg.), *Semantik und Ontologie. Beiträge zur philosophischen Forschung*, Frankfurt a. M.-Lancaster: Ontos Verlag, 2004, pp. 319-353.

_____, "Psychologism in Logic: Bacon to Bolzano", *Philosophy and Rhetoric*, 30 (1997), pp. 213-242.

Grapotte, Sophie, *La conception kantienne de la réalité*, Hildesheim-Zürich-New York: Olms, 2004.

Hume, David, *An Enquiry concerning Human Understanding* [1748], in Id., *Philosophical Works*, ed. Green, Thomas Hill / Grose, Thomas, 4 Vols., London: Longmans, Green and Co., 1874, IV, 1-135.

Kant, Immanuel, *Critica da razão pura*, tradução portuguesa de Fernando Costa Mattos, Petrópolis: Vozes, 2012.

Krause, Armin, *Bolzano's Metaphysik*, Freiburg i.B.-München: Karl Alber, 2004.

Krug, Wilhelm Traugott, *Allgemeines Handwörterbuch der philosophischen Wissenschaften, nebst ihrer Literatur und Geschichte*, 5 Vols., Leipzig: Brockhaus, 1827-1829.

_____, *System der theoretischen Philosophie. Zweyter Theil. Erkenntnißlehre oder Metaphysik*, Wien: Härter, 1818.

Lapointe, Sandra, *Bolzano's Theoretical Philosophy. An Introduction*, Basingstoke-New York: Palgrave Macmillan, 2011.

Leibniz, Gottfried Wilhelm, *Nouveaux essais sur l'entendement humain par l'auteur du systeme de l'harmonie préétablie*, in *Oeuvres philosophiques latines & françoises de feu Mr. de Leibnitz. Tirées de ses manuscrits qui se conservent dans la Bibliotheque Royale a Hannovre, et publiées par Mr. Rud. Eric Raspe*, Amsterdam-Leipzig: Schreuder, 1795.

Lorini, Gualtiero, "Le categorie tra logos ed essere. Molto più di una (lunga) storia", *Rivista di Filosofia Neo-Scolastica*, 112 (2020), 2, pp. 605-614.

Majolino, Claudio, "Variation(s). Bolzano e l'équivocité de la variation", *Les études philosophiques*, 75 (2000), 4, pp. 471-488.

Meinong, Alexius, *Über Gegenstandstheorie* [1904], in Id., *Alexius Meinongs Gesamtausgabe*, Hrsg. Haller, Rudolf / Kindinger, Rudolf / Chisholm, Roderick M., 7 Bde., Graz: Akademische Druck- und Verlagsanstalt, 1968-1978, II, 1971, pp. 483-530.

Morscher, Edgar, "Ist Existenz ein Prädikat? Historische Bemerkungen zu einer philosophischen Frage", *Zeitschrift für philosophische Forschung*, 28 (1974), pp. 120-132.

Palágyi, Melchior, *Kant und Bolzano. Eine kritische Parallele*, Halle: M. Niemeyer, 1902.

Příhonský, Franz, *Neuer Anti-Kant und Atomenlehre des seligen Bolzano oder Prüfung der Kritik der reinen Vernunft nach den Bolzanos Wissenschaftslehre niedergelegten Begriffen* [1850], Hrsg. Morscher, Edgar / Thiel, Christian, *Beiträge zur Bolzano-Forschung* 9, Sankt Augustin: Academia, 2003.

Proust, Joëlle, "Bolzano's Theory of Representation", *Revue d'histoire des sciences*, 52 (1999), 3-4 (*Mathématique et logique chez Bolzano*), pp. 363-383.

Rusnock, Paul, "On Bolzano's Conception of Necessary Truth", *British Journal of the History of Philosophy*, 20 (2012), pp. 817-837.

Schnieder, Benjamin, "Bolzano on Causation and Grounding", *Journal of the History of Philosophy*, 52 (2014), 2, pp. 309-337.

_____, *Substanz und Adhärenz. Bolzanos Ontologie des Wirklichen. Beiträge zur Bolzano-Forschung* 13, Sankt Augustin: Academia, 2002.

Trendelenburg, Friedrich Adolf, *Aristoteles Kategorienlehre. Eine Untersuchung*, in Id., *Historische Beiträge zur Philosophie. Band I. Geschichte der Kategorienlehre. Zwei Abhandlungen*, Berlin: Bethge, 1846, pp. 1-195.

Ulrich, Joann August Henric, *Institutiones logicae et metaphysicae. Scholae suae scripsit perpetua Kantianae disciplinae ratione habita. Editio secunda, auctior et emendatior*, Jena: Crocker, 1792.

NOTAS / NOTES

1 Lorenzo Fossati obtained his MA and PhD in Philosophy from the Università Cattolica del Sacro Cuore in Milan in 2000 and 2004 respectively. During his studies, he was awarded a scholarship from the Deutsche Akademischer Austauschdienst to pursue his research in Munich and Dresden. Since 2014, he is Associate Professor in History of Philosophy at the Faculty of Education of the Università Cattolica del Sacro Cuore in Milan. He also taught at the Faculty of Education of Libera Università di Bolzano, Bressanone Campus (2006-2009), at the Istituto di studi filosofici of Lugano (Switzerland) (2006-2011), and at the Università Europea of Rome. He is managing editor of «Rivista di Filosofia Neo-Scolastica» (Vita e Pensiero), and member of the Editorial Board of «Topoi. An International Review of Philosophy» (Springer). He is author of *Ragione e dogma. Hans Albert critico della teologia*. Guida: Napoli, 2003; *Il concetto della filosofia in Bernard Bolzano*. ISU - Università Cattolica del Sacro Cuore: Milano, 2006; *La tela del sapere. Studi su Bernard Bolzano*, EDUCatt: Milano, 2010; with G. Rigamonti (ed.), B. Bolzano, *Dottrina fondamentale. Dalla Dottrina della scienza [§§ 1-45]*. Bompiani Milano 2014; with G. D'Anna (ed.), *Categories. Histories and Perspectives*. Olms: Hildesheim - Zürich - New York, 2017, and *Categories. Histories and Perspectives 2*, Olms: Hildesheim, Zürich, New York, 2019.

2 Colocar Bolzano na origem desta tradição leva imediatamente ao seu anti-kantismo, já que ela “pode ser definida através de seu problema, seu inimigo, seu propósito e sua estratégia. Seu problema era o *a priori*; seu inimigo, a intuição pura de Kant; seu objetivo, o desenvolvimento de uma concepção do *a priori* na qual a intuição pura não desempenhava nenhum papel; sua estratégia, basear esta concepção teórica no desenvolvimento da semântica” (Coffa 1991: 22). Depois de tudo, Dummett também trata Bolzano como um fundador (Dummett 1993). Quanto à posição de Bolzano no contexto geral da história da filosofia (que, obviamente, também é uma excelente apresentação de sua filosofia), cf. Besoli / Guidetti / Raspa 2011.

3 “Também acho a afirmação de Leibniz incorreta: o que não é força ou não tem força é nada”. (Não sei se a proposta vem expressamente dele; mas assim ele teria sugerido o erro do nosso tempo, que afirma a mesma coisa, não pensando que também há coisas que não são reais, por exemplo, verdades objetivas, e coisas semelhantes” (Bolzano 1979: 38). Para Bolzano há com certeza “coisas” que não existem, isto é, coisas que não têm um efeito causal e, portanto, não estão ligadas de forma nenhuma ao conceito de força, e ainda assim são “algo”, a saber: as proposições e verdades em si mesmas, que, segundo a suposta definição de Leibniz, não seriam nada; trata-se de uma “definição suposta” porque Bolzano escreve sobre as diferenças entre suas próprias concepções e as de Leibniz, a partir do que ele lê em Feuerbach (Feuerbach 1837: 30).

4 Aqui vale lembrar que Kant coloca o conceito de “*Dasein*” entre as categorias da modalidade, enquanto entre as de qualidade está o de “*Realität*”; sobre isto, cf. Grapotte 2004.

5 Cf. e.g. Ulrich 1792, § 174: 216-217; p. 217: “*Fateor, neque hoc loco me adhuc intelligere, quomodo functioni intellectus, in disiunctiva aiente, respondeat categoria communionis reciprocae. Similitudinem video, sed claudicantem*”.

6 Cf. a carta de Kant a Johann Schultz de 17 de fevereiro de 1784: “Pois, embora a terceira categoria certamente surja de uma união da primeira e da segunda, ela não surge de sua mera conjunção, mas sim de uma conexão cuja possibilidade em si mesma constitui um conceito, e este conceito é uma categoria particular” (Br, AA 10: 367).

7 Ou seja: o ser de Deus é incondicionado (cf. Krause 2004: 303-307).